

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.067 - PR (2019/0141310-1)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
RECORRENTE : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADO : GERALDO NOGUEIRA DA GAMA E OUTRO(S) - PR030366
RECORRIDO : IDELINO MAMEDE DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ALCIDES RODRIGUES DE SOUZA
RECORRIDO : ANALIA ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : JOAO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA
RECORRIDO : ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA
RECORRIDO : MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADOS : ALMIR ROGÉRIO RIBEIRO DA SILVA - PR061544
ELLEN CAROLINE ALFIERI OLIVEIRA E OUTRO(S) - PR065631

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO DE VIDA. PAGAMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RELAÇÃO CONTRATUAL. CITAÇÃO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

IDELINO MAMEDE DE OLIVEIRA, ALCIDES RODRIGUES DE SOUZA, ANALIA ALVES DE OLIVEIRA, JOÃO ALVES DE OLIVEIRA, JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA, ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA e MARIA DE OLIVEIRA SANTOS (IDELINO e outros) ajuizaram ação de cobrança de indenização securitária contra PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A. e ITAÚ SEGUROS S.A. (SEGURADORAS), cujos pedidos foram julgados procedentes em parte para condenar as rés ao pagamento em favor dos autores da atualização monetária do capital segurado (R\$ 63.980,00 - sessenta e três mil, novecentos e oitenta reais), por índices oficiais do TJPR, desde 22/9/2015 até a data do pagamento a menor, ocasião em que o valor deverá ser acrescido de correção monetária pelo referido índice e de juros de mora de 1% ao mês (e-STJ, fls. 262/265).

Irresignadas, SEGURADORAS interpuseram apelação, que foi conhecida em parte e, nessa extensão, providas parcialmente pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. “AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO

SECURITÁRIA”. EFEITO SUSPENSIVO AUTOMÁTICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 1012 DO NCPC. PRELIMINAR DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INSURGÊNCIA RECURSAL QUE SE CORRELACIONA COM AS RAZÕES DA DECISÃO OBJURGADA. PRELIMINAR AFASTADA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. CORREÇÃO MONETÁRIA MANTIDA. JUROS DE MORA A PARTIR DO 31º DIA APÓS O AVISO DE SINISTRO. APELO CONHECIDO PARCIALMENTE E, NESTA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO. (e-STJ, fls. 297/298).

Os embargos de declaração opostos por SEGURADORAS foram acolhidos para corrigir erros materiais (e-STJ, fls. 468/471).

Inconformadas, SEGURADORAS interpuseram recurso especial com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, indicando afronta ao art. 405 do Código Civil, por reputar que o termo inicial dos juros de mora em indenização securitária seria a data da citação, em vez de ser a partir do 31º dia após o aviso de sinistro. Também apontou dissídio jurisprudencial, tendo por paradigma precedente desta Corte Superior .

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 537/545).

Em juízo de admissibilidade, a Primeira Vice-Presidência do Tribunal Estadual admitiu o apelo nobre (e-STJ, fls. 548/549).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente agravo em recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Insurgem-se SEGURADORAS sustentando que a incidência dos juros de mora em indenização securitária deve se iniciar da citação.

O Tribunal *a quo* conheceu em parte do apelo das SEGURADORAS e, nessa extensão, deu-lhe provimento em parte para adotar como marco inicial do encargo a data a partir do 31º dia após o aviso de sinistro.

Quanto ao ponto, a jurisprudência dominante desta Corte entende que no caso de responsabilidade contratual, exatamente como o presente, em que existe um

negócio jurídico prévio entre as partes, os juros de mora incidem desde a citação.

A propósito, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. JUROS DE MORA SOBRE O VALOR DA COBERTURA SECURITÁRIA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA.

1. Nas ações que buscam o pagamento de indenização securitária, os juros de mora devem incidir a partir da data da citação da seguradora, visto tratar-se de eventual ilícito contratual. Precedentes.

2. Tese deduzida somente em sede de agravo interno, sem que anteriormente tenha sido apresentada nas razões do recurso especial, configura vedada inovação recursal.

3. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1.669.669/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 20/3/2018, DJe 5/4/2018)

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. 1. TRANSPORTE AÉREO QUE SEGUIU VIA TERRESTRE (ÔNIBUS), EM VIRTUDE DE CANCELAMENTO DO VÔO. PASSAGEIROS ROUBADOS DURANTE O TRAJETO. CONCORRÊNCIA DE CULPA DA TRANSPORTADORA. ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL E UNILATERAL DO CONTRATO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DE FORTUITO EXTERNO. 2. VALORES ARBITRADOS A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACÓRDÃO — RECORRIDO BEM FUNDAMENTADO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. 3. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. TERMO INICIAL A PARTIR DA CITAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. 4.

RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. No que concerne ao transporte de pessoas, o ordenamento jurídico estabelece a responsabilidade civil objetiva do transportador, o qual deverá responder pelos danos causados às pessoas transportadas e suas bagagens, salvo a existência de alguma excludente de responsabilidade, como motivo de força maior, caso fortuito, culpa exclusiva da vítima ou de terceiro.

(...)

4. Tratando-se de responsabilidade contratual, os juros de mora devem ser computados a partir da citação, a teor do art. 405 do Código Civil. Precedentes.

5. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1.728.068/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 5/6/2018, DJe 8/6/2018)

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para fixar a data de citação das recorrentes como o marco inicial da fluência dos juros de mora. Mantenho a distribuição das custas e despesas processuais e também dos honorários advocatícios entre as partes, tendo em vista a sucumbência mínima da parte recorrida.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

